

Apresentação de um clássico

Frédéric VANDENBERGHE. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru, SP, Edusc, 2005. 223 páginas.

Fernando Antonio Pinheiro Filho

Entre as muitas conseqüências esperadas da atribuição do epíteto de clássico a um autor, a dispensa de apresentações deveria fazer do título dessa resenha um contra-senso. Não é, todavia, o caso no que diz respeito à recepção do pensamento de Georg Simmel (1858-1918) no Brasil. A despeito da existência de alguns poucos estudos de qualidade sobre ele, a *Filosofia do dinheiro*, de 1900, assim como sua *Sociologia* de 1908 – talvez suas obras fundamentais –, permanecem sem tradução para o português, o que limita muito seu alcance. Nesse sentido, a incorporação efetiva do filósofo e sociólogo alemão no campo da sociologia carece de consolidação, fato de que dão prova tanto a freqüência relativamente baixa com que os profissionais da área recorrem a ele como sua inserção via de regra pontual e não orgânica nos cursos universitários da área de ciências humanas. Assim, a designação de “clássico” soa muito mais como menção protocolar de gosto museológico que apenas repercute sua consagração nos ambientes europeu e americano do que a integração das razões disso, que nos levariam a chamar de clássico aquele que é interlocutor permanente na elaboração da teoria sociológica e instrumento relevante para a compreensão da vida social.

O estudo de Frédéric Vandenberghe, entre outras qualidades, constitui-se como oportuno instrumento contra esse estado de coisas. Originariamente, o texto destinou-se a uma coleção de caráter enciclopédico editada na França, que, entre outros assuntos, apresenta uma abordagem de temas e autores das ciências sociais com objetivo de oferecer ao leitor não especialista uma primeira aproximação, mas cujo rigor intelectual e aprofundamento da análise serve também ao especialista. A versão preparada para a edição brasileira preserva tais características, vencendo o desafio auto-imposto de apresentar sistematicamente um pensamento que o autor descreve como avesso a

qualquer sistematicidade, além de enfrentar bem a injunção de combinar o distanciamento crítico que se espera de uma introdução com o viés mais pessoal da interpretação. Os dois pontos se resolvem por meio de um único recurso, que, consistindo no grande achado analítico e expositivo do texto, convém tratar mais detidamente.

Se Vandenberghe evita atribuir à obra de Simmel qualquer sistematicidade, sua análise adquire tal caráter graças à reconstituição da unidade do pensamento simmeliano que se dá numa dupla dualidade: de um lado o tema kantiano da oposição entre forma e conteúdo; de outro, na vertente vitalista, o da interação (que implica na tensão entre vida e forma de associação que a limita, fonte da crise da cultura de que se ocupa o último capítulo) – sendo que este último tema implica a adoção por Simmel do pluralismo metodológico e de uma concepção relacional da verdade. *Grosso modo*, os três primeiros capítulos desenvolvem o sentido dessa unidade subjacente ao estilo que na superfície está tão próximo do ensaio, do comentário, e, portanto, da fragmentação; no entanto, adequada a temas que também numa percepção imediata parecerão tão díspares como, por exemplo, a moda, o conflito, o segredo, o dinheiro. Noções que correspondem todas a formas de associação, como será explicado na seqüência. É o momento de explicitar o sentido dos conceitos-chave de forma e interação (ou ação em reciprocidade, como alerta o autor). Conduzido com mão firme por esse itinerário algo árduo, o leitor estará apto para acompanhar, nos capítulos seguintes, o modo como Simmel lida com os temas citados e diversos outros, entendidos como variações de perfis das formas de associação (que não prescindem de um material psíquico cujo suporte é o indivíduo, mas que é socializado pela imposição da forma, o que obriga Vandenberghe a trabalhar as relações entre psicologia e sociologia), de tal modo que se vai urdindo um quase sistema total de inter-relações entre objetos parciais em que cada fragmento é imagem do todo. E que guarda, cada um, uma tensão que não se resolve em síntese. O conflito, por exemplo, implica o partilhamento de representações que separam os contendores e os reúnem no estabelecimento dos objetivos da luta, o que permite pensá-lo como forma de associação.

Desse modo, a interpretação converte-se em princípio organizador de uma introdução à obra, que se preocupa também em situar Simmel em relação a seus contemporâneos – sobretudo Weber, que conviveu com ele e incorporou aspectos de sua sociologia, mas também Durkheim e Mauss, introdutores de Simmel na França, com cujas obras as semelhanças e diferenças são apontadas. E também Marx, num interessante contraponto a respeito das leituras da modernidade, em que desponta a visão nuançada de Simmel: o dinheiro separa os indivíduos porque os liberta de dependências pessoais e aumenta suas diferenças, mas os liga multiplicando as trocas materiais e simbólicas, expressando, assim, as ambivalências da vida moderna de que é o “meio de comunicação simbolicamente generalizado”, na expressão de Luhmann. A aproximação com a sociologia mais recente também é contemplada nos muitos momentos em que se mostram as ressonâncias do pensamento simmeliano em outros autores como Elias, Bourdieu (penso no exemplo citado do conflito como elo social), Habermas, Goffman. É importante assinalar que essa aproximação evita a lógica anacrônica da “redescoberta”, que consiste em ler parcialmente – e fora da rede de relações em que se produziu – um suposto ancestral consagrado para então evocá-lo como fiador das próprias posições. Vai nessa direção a refutação convincente da reivindicação de Simmel pelo individualismo metodológico, baseado na presença de um elemento irreduzível à racionalidade utilitária no âmago das relações sociais.

Ao seu final, a leitura do livro estimulou uma série de questões. Mesmo colocando-me no lugar indevido de interlocutor, menciono duas delas, que talvez possam fazer sentido para o autor e seus leitores.

A abordagem adotada é expressamente “anti-historicista”. Trata-se de uma escolha legítima e justificada como a mais fiel ao pensamento que lhe serve de objeto. Mas, dada a centralidade que adquire na análise o problema do vitalismo, creio que se perde algo importante ao deixar de lado a especificidade além da clivagem entre arte e ciência, em que a arte expressa a vida e a ciência é-lhe hostil, conforme Wolf Lepenies (*As três culturas*), que mostra como Simmel opera nesse ambiente como um possível mediador ao propor

a estetização da sociologia e a análise sociológica da obra de arte. Finalmente, as considerações epistemológicas mostram bem como o relativismo perspectivista desvia-se de um relativismo radical que levaria ao ceticismo. Mas o autor atribui a Simmel uma “ontologização do princípio relacionista” como antídoto a uma visão substancialista de uma realidade que é, de fato, relação, ou melhor, “rede infinita de relações recíprocas”. Mas ontologizar a relação não implica substantivá-la? Noutros termos, está em jogo aqui o estatuto de realidade das unidades de análise e o sentido de assumir que a relação tem mais ou menos realidade do que o indivíduo ou o grupo.

FERNANDO ANTONIO PINHEIRO FILHO
é professor do Departamento
de Sociologia da USP.